

RTN
2020

Outubro

Publicado em
26/11/2020

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo

Sumário Executivo

O Governo Central apresentou um déficit primário de R\$ 3,6 bilhões em outubro de 2020, frente a um superávit primário de R\$ 8,7 bilhões observado no mesmo mês do ano anterior (em termos nominais). O resultado foi melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um déficit de R\$ 44,1 bilhões. Assim como nos meses anteriores, o déficit observado em outubro é influenciado pelo aumento das despesas do Poder Executivo decorrentes de medidas de combate à crise da Covid-19. No entanto, o recolhimento em outubro de parte das receitas diferidas no início da pandemia resultou em impacto positivo no fluxo de receitas. A receita total do mês de outubro de 2020 cresceu 9,6% em termos reais quando comparada ao mesmo mês de 2019, influenciada majoritariamente pelo crescimento das receitas administradas (+14,8%) e da arrecadação líquida para o RGPS (+17,6%), em termos reais.

Em outubro, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 6,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 9,6 bilhões. Em relação a outubro de 2019, o resultado primário do mês neste ano foi influenciado pelo crescimento real da despesa (21,8%) superior ao da receita líquida (9,8%).

O aumento da receita líquida no mês pode ser decomposto entre o crescimento das receitas administradas (R\$ 12,4 bilhões) e da arrecadação líquida para o RGPS (R\$ 6,2 bilhões), parcialmente compensado pelo aumento nas transferências por repartição (R\$ 1,6 bilhão) e pela queda das receitas não administradas (R\$ 5,1 bilhões). O comportamento da despesa, por sua vez, foi determinado, principalmente, pela execução de medidas de combate à crise da Covid-19, que somou R\$ 28,9 bilhões no mês de outubro. Destaque para o Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (R\$ 21,0 bilhões), o Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF (R\$ 3,6 bilhões) e a aquisição de Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 5,0 bilhões). Houve ainda devolução à União de R\$ 6,1 bilhões que haviam sido destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, instituído pela MP 944/2020.

Com o número de outubro, o resultado acumulado no ano totaliza um déficit primário de R\$ 681,0 bilhões, ante um déficit de R\$ 63,9 bilhões no mesmo período de 2019 (termos nominais). Esse resultado é composto por um déficit de R\$ 428,6 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 252,4 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até outubro, a receita líquida anotou redução de 11,6%, enquanto a despesa cresceu 42,7%. Para esse período, o diferimento líquido¹ de receitas estimado é de R\$ 48,0 bilhões, dos quais foram revertidos aproximadamente R\$ 16,3 bilhões em outubro², enquanto a diminuição do IOF crédito totalizou R\$ 15,7 bilhões. Do lado da despesa, até outubro de 2020, os gastos primários realizados das medidas de combate à crise Covid-19 totalizaram R\$ 468,9 bilhões, de um total de R\$ 582,7 bilhões aprovados até o final de

¹ Diferimento de tributos menos recolhimento de parcelas diferidas.

² Em setembro praticamente não houve reversão de diferimento. Há previsão de que haja novas reversões em novembro.

outubro³, como mostra o painel da Covid-19 do Tesouro Nacional, o qual atualiza diariamente os créditos extraordinários e as despesas pagas das medidas relacionadas ao enfrentamento da pandemia. Em suma, os dados do resultado fiscal de outubro revelam a continuidade dos efeitos da crise da Covid-19 sobre as contas públicas.

Em relação às perspectivas da política fiscal, as próximas quatro semanas serão definitivas para o rumo das contas públicas nos próximos cinco ou dez anos. Diante do déficit primário de R\$ 681 bilhões acumulado neste ano até outubro e da projeção de endividamento em torno de 95% do PIB, torna-se fundamental a retomada de um ambiente de gastos compatível com a realidade fiscal brasileira. Para isso, é necessário garantir que gastos temporários sejam de fato temporários, sem transbordamentos das despesas de 2020 para 2021, bem como que se reestabeçam as discussões sobre avanços na agenda fiscal e na de produtividade.

Dentre os avanços na agenda fiscal que precisam ser feitos, é possível destacar o combate ao crescimento persistente das despesas obrigatórias – em sua maioria, despesa de previdência e de pessoal – e à rigidez orçamentária, que reduz de forma significativa o espaço para políticas públicas como investimentos em infraestrutura e programas sociais. Um passo importante foi dado em 2019, com a reforma da previdência, mas é preciso continuar avançando ainda em 2020 com as PECs do Pacto Federativo, Emergencial e dos Fundos.

Assim, a retomada do processo de consolidação fiscal passa pela garantia de que despesas temporárias não se tornem permanentes e pela discussão sobre o crescimento das despesas obrigatórias, reduzindo as incertezas sobre a trajetória futura do gasto público e robustecendo nossas regras fiscais, como o teto de gastos, base da ancoragem das expectativas, da recente queda de juros no Brasil e do aumento da confiança dos agentes econômicos.

Somente desta forma, a retomada do crescimento observada neste segundo semestre de 2020 e esperada para 2021 poderá se traduzir em avanço sustentável para 2022 em diante, baseado nos investimentos privados, que são geradores de emprego e renda. Dessa forma, abre-se espaço para um círculo virtuoso, uma vez que o maior crescimento econômico reforçará a trajetória de sustentabilidade fiscal.

Sem reformas estruturais e com desgaste das regras fiscais, o cenário é oposto a este, com alta do juro e baixo crescimento. Esse cenário é descrito pelo Relatório de Riscos Fiscais da União divulgado hoje pelo Tesouro. O Relatório, dentre várias análises sobre os riscos fiscais, avalia como as mudanças no ambiente macroeconômico influenciam as contas públicas. Em um exercício de sensibilidade, verificou-se que um aumento de 1 p.p. na taxa Selic no período de 2021 a 2023 provoca um aumento de 1,8 p.p. na Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) ao final de 2023. Reduções de 1 p.p. no crescimento do PIB e no resultado primário, isoladamente, apresentam efeitos muito similares, resultando em um aumento de 3,1 p.p. na DBGG ao final de 2023 em cada caso. Em um cenário onde os choques adversos

³ Até outubro, as despesas totais pagas relativas às medidas de combate à crise Covid-19, incluindo gastos financeiros, foram de R\$ 469,7 bilhões de um total de R\$ 587,7 bilhões aprovados.

sobre juros, crescimento do PIB e resultado primário são combinados, a elevação da DBGG pode chegar a 8 p.p. em 2023.

Ressalta-se, ainda, que o país já parte de um endividamento elevado em relação aos seus pares. Não há espaço para medidas que dificultem o processo de consolidação fiscal e fragilizem a regra do teto de gastos. Os efeitos da deterioração do ambiente econômico geraram consequências negativas sobre importantes avanços já conquistados pelo país nas áreas econômicas e sociais. A responsabilidade fiscal é o caminho mais seguro para a melhoria sustentável da vida dos brasileiros nos próximos anos.